

Cooperados e invasores não chegam a um acordo

Invasores e integrantes de cooperativas habitacionais estão brigando na Justiça. Tudo por causa de lotes que, até o ano passado, faziam parte de convênios do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab) e das cooperativas. Os invasores, porém, foram chegando, construindo e ficando.

Com a mudança de governo, um decreto do GDF extinguiu os convênios. Os invasores quase comemoraram, mas os cooperados de Samambaia levaram a questão para a 1ª Vara Cível do Fórum da cidade, com uma ação que solicitava a reintegração de posse dos lotes ocupados.

Em decisão liminar, em março deste ano, a juíza da 1ª Vara concedeu a reintegração e os invasores foram obrigados a sair. "Os ocupantes tinham a posse do local, enquanto as cooperativas tinham apenas títulos, pelo convênio do Idhab, que foi extinto", justifica a advogada Roméria Magela Martins, que representa 15 famílias que ocupavam lotes na QR 601.

Com o cumprimento da liminar de reintegração, os ocupantes, equivocadamente, chegaram a entrar com uma ação contra ato do administrador de Samambaia, José Adenauer, uma vez que foi a administração quem *operacionalizou* a retirada dos ocupantes. A própria advogada Roméria explica, no entanto, que a ação foi um erro, pois se tratava do cumprimento de uma decisão judicial.

A questão central — quem tem o direito de ficar com os lotes — continua tramitando. Ontem as duas partes foram ao Fórum de Samambaia, para a segunda audiência de conciliação. Como não houve conciliação nenhuma, a ação vai a julgamento e deve ter o mérito analisado no início de agosto.

Os cooperados contam, ainda, com um parecer do Idhab concordando com a retirada dos invasores, liberando os lotes para que as cooperativas possam construir.

"Os cooperados não podem perder seus direitos já adquiridos. O Poder Executivo não pode extinguir o efeito desses direitos, mesmo porque a lei só pode retroagir para beneficiar", argumenta o advogado que defende as cooperativas, Ivai Abimael Martins. Ele admite, porém, que as cooperativas estão analisando cada caso e, em alguns, pagando indenizações para os invasores.